



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresnanacional.gov.ao">www.impresnanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

### SUMÁRIO

#### Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

##### Decreto Executivo n.º 398/15:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção da Função Pública deste Ministério.

#### Ministério das Pescas

##### Decreto Executivo n.º 399/15:

Aprova o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

#### Ministério do Ambiente

##### Decreto Executivo n.º 400/15:

Aprova o Regulamento do Ponto Focal Nacional das Convenções Multilaterais sobre o Ambiente e Organismos Internacionais cuja implementação é da responsabilidade deste Ministério. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

#### Ministério da Geologia e Minas

##### Despacho n.º 188/15:

Aprova a concessão de direitos mineiros a favor da empresa ETANGOL — Produtos Energéticos de Angola, Limitada, para a exploração de granito negro, na Localidade de Lufinda, Município da Chibia, Província da Huila, com uma extensão de 150 hectares.

##### Despacho n.º 189/15:

Aprova a concessão de direitos mineiros a favor da empresa Minersolo-Inertes e Mineração S.A., para a exploração de calcário, na Localidade de Tomessa, Município e Província do Uíge, com uma extensão de 5 hectares.

#### Ministério da Juventude e Desportos

##### Despacho n.º 190/15:

Cria a Comissão de Gestão do Complexo de Piscinas de Alvalade, Coordenada por Paulo Maria Augusto.

#### MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

##### Decreto Executivo n.º 398/15 de 4 de Junho

Considerando a necessidade de se aprovar o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção da Função Pública, criado pelo Estatuto Orgânico do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 182/14, de 28 de Julho.

Nos termos do artigo 21.º do Estatuto supramencionado e do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, determino:

##### ARTIGO 1.º

É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Inspeção da Função Pública do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, anexo ao presente Diploma, do qual é parte integrante.

##### ARTIGO 2.º

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas por Despacho do Titular da Área da Administração Pública.

##### ARTIGO 3.º

O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2015.

O Ministro, *António Domingos Pitra Costa Neto*.

## MINISTÉRIO DAS PESCAS

### Decreto Executivo n.º 399/15 de 4 de Junho

Havendo necessidade de se regulamentar a estrutura e funcionamento da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros a que se refere o artigo 10.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Pescas, aprovado por Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 6/10, de 24 de Fevereiro, conjugado com a alínea i) do artigo 5.º do Decreto Presidencial n.º 92/14, de 25 de Abril, determino:

#### ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Regulamento Interno da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros do Ministério das Pescas, anexo ao presente Decreto Executivo, do qual é parte integrante.

#### ARTIGO 2.º (Revogação)

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

#### ARTIGO 3.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro das Pescas.

#### ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 4 de Junho de 2015.

A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

### REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO NACIONAL DE PESCAS E PROTECÇÃO DOS RECURSOS PESQUEIROS

#### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Definição)

A Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros, abreviadamente designada por «DNPPRP», é o serviço do Ministério das Pescas com funções de concepção, direcção, controlo e execução da política pesqueira,

em termos de pesca e de protecção e desenvolvimento dos recursos pesqueiros.

#### ARTIGO 2.º (Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas no artigo 10.º do Estatuto Orgânico do Ministério das Pescas incumbe em especial à Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros:

- a) Assegurar a gestão, conservação e protecção dos recursos biológicos aquáticos de forma sustentada e estabelecer mecanismos eficazes de monitorização e controlo das actividades de pesca;
- b) Pronunciar-se previamente sobre o arranjo e as especificações técnicas das embarcações e artes de pesca cuja autorização de construção ou modificação seja requerida e submetê-las à aprovação do Ministro das Pescas, de forma a assegurar o crescimento harmonioso da frota pesqueira;
- c) Gerir as operações de pesca levadas a cabo quer nas águas continentais, quer nas oceânicas sob jurisdição nacional, de acordo com os planos de ordenamento e legislação concernentes;
- d) Gerir e propor a descentralização da gestão de áreas de pesca;
- e) Propor a concessão ou o cancelamento de licenças de pesca de acordo com o estabelecido na legislação vigente;
- f) Propor a listagem das espécies aquáticas que podem ser importadas e exportadas;
- g) Propor os regulamentos relativos às actividades e épocas de pesca, às espécies que necessitam de protecção ou reabilitação, bem como as medidas para proteger os ecossistemas, preservação das fontes genéticas e biodiversidade;
- h) Propor a realização de cruzeiros de investigação e avaliação, incluindo a prospecção de novos recursos pesqueiros;
- i) Assegurar, em colaboração com os organismos competentes, a gestão das águas continentais protegidas e parques marinhos;
- j) Participar na elaboração de programas sectoriais de desenvolvimento das indústrias pesqueira, salinera, de reparação e construção de embarcações de pesca;
- k) Cadastrar os titulares de direitos de pesca, as embarcações de pesca e respectivos armadores e tripulações e efectuar os correspondentes averbamentos de declaração de caducidade de inscrição;

- l)* Propor denominações e padrões dos membros da tripulação de embarcações pesqueiras;
- m)* Promover a adopção e controlar a execução de medidas de ordenamento de pesca que compatibilizem a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e a obtenção de melhores resultados económicos e sociais;
- n)* Participar com as estruturas competentes, no estabelecimento de políticas de comercialização de pescado e colaborar no acompanhamento da sua distribuição;
- o)* Emitir parecer sobre os processos de licenciamento de estabelecimentos de transformação e processamento dos produtos da pesca;
- p)* Participar na elaboração de planos sobre a indústria de processamento e transformação de produtos da pesca;
- q)* Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

## CAPÍTULO II Organização

### ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

A Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros tem a estrutura seguinte:

- a)* Direcção;
- b)* Conselho de Direcção;
- c)* Departamento de Pesca;
- d)* Departamento de Protecção de Recursos Pesqueiros;
- e)* Departamento de Protecção dos Ecossistemas e Áreas Protegidas.

### ARTIGO 4.º (Direcção)

1. A Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros é dirigida por um responsável com a categoria de Director Nacional, ao qual compete em especial:

- a)* Organizar e dirigir os serviços da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros;
- b)* Representar a Direcção;
- c)* Garantir o cumprimento das orientações emanadas pelo Ministro das Pescas;
- d)* Submeter à apreciação do Ministro das Pescas os assuntos que careçam de resolução superior;
- e)* Executar as deliberações de que for incumbido pelo Ministro das Pescas;
- f)* Elaborar e apresentar periodicamente o relatório da sua actividade;

- g)* Elaborar propostas e emitir pareceres sobre a nomeação, promoção, exoneração, avaliação e classificação do pessoal da Direcção;

- h)* Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por Lei ou por determinação superior.

2. Nas suas ausências ou impedimentos, o Director é substituído por um Chefe de Departamento por si indicado.

### ARTIGO 5.º (Conselho de Direcção)

1. O Conselho de Direcção é uma estrutura de apoio ao Director Nacional em matéria de gestão, organização e disciplina laboral.

2. O Conselho de Direcção é presidido pelo Director e dele fazem parte os Chefes de Departamento podendo participar dos seus trabalhos técnicos superiores e outros funcionários convocados pelo Director.

3. O Conselho de Direcção reúne-se, a título ordinário trimestralmente e extraordinariamente, quando for necessário, mediante convocatória do Director Nacional e com ordem de trabalhos estabelecida por este.

### ARTIGO 6.º (Departamento de Pesca)

1. O Departamento de Pesca é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros encarregue de organizar, dirigir e controlar todas as acções relacionadas com a gestão dos recursos biológicos Aquáticos.

2. Ao Departamento de Pesca compete:

- a)* Propor normas que visam garantir a conservação e utilização sustentável dos recursos biológicos aquáticos, bem como as bases gerais do exercício das actividades com eles relacionados;
- b)* Participar na elaboração do plano de ordenamento das pescas;
- c)* Propor programas para a concessão de direitos de pesca;
- d)* Propor a atribuição de quotas de pesca;
- e)* Propor a concessão ou cancelamento de licenças de pesca;
- f)* Propor mecanismos para o crescimento harmonioso da frota pesqueira;
- g)* Propor medidas de prevenção e redução de capacidade excessiva de pesca;
- h)* Identificar pescarias cujo esforço de pesca ultrapasse os limites estabelecidos;
- i)* Emitir parecer sobre o arranjo e especificação técnica das embarcações de pesca;
- j)* Propor medidas de gestão, respeitando o código de conduta para uma pesca responsável;

- k)* Propor a atribuição de tamanhos de malha de acordo com a arte de pesca e o estipulado na legislação em vigor;
- l)* Propor medidas de emergência destinadas a preservar os recursos e/ou seu ambiente;
- m)* Propor limites de esforço de pesca;
- n)* Propor a realização de concursos públicos para a concepção de direitos de pesca;
- o)* Propor os montantes a pagar pelas taxas de pesca;
- p)* Emitir os títulos de concepção dos direitos de pesca;
- q)* Certificar as embarcações de pesca;
- r)* Manter o registo actualizado dos titulares das licenças de pesca no alto mar;
- s)* Elaborar parecer sobre a pesca de investigação e prospecção;
- t)* Padronizar as denominações dos membros das tripulações de embarcações pesqueiras de acordo com os padrões internacionais;
- u)* Exercer as demais funções que lhe sejam acometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Pesca é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

#### ARTIGO 7.º

##### (Departamento de Protecção de Recursos Pesqueiros)

1. O Departamento de Protecção dos Recursos pesqueiros é a unidade de Serviço da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros encarregue de organizar, dirigir e controlar todas as acções relacionadas com a protecção dos recursos biológicos aquáticos.

2. Ao Departamento de Protecção dos Recursos Pesqueiros compete, em especial:

- a)* Participar na elaboração do plano de ordenamento das pescas e da aquicultura;
- b)* Emitir parecer sobre o impacto das medidas de gestão adoptadas sobre os recursos;
- c)* Propor medidas de protecção de recursos;
- d)* Promover a participação dos interessados na preservação dos recursos biológicos aquáticos;
- e)* Propor medidas para assegurar as relações ecológicas entre recursos capturados e espécies associadas ou dependentes, em especial, preservando ou restabelecendo as espécies capturadas ou delas dependentes;
- f)* Propor a listagem de espécies cuja introdução no meio aquático seja proibida ou que tenham impacto negativo, directo ou indirecto nos recursos biológicos e ou nos ecossistemas marinhos e aquáticos;
- g)* Propor medidas de protecção de espécies raras ou em vias de extinção;

- h)* Propor limites de capturas acessórias permitidas por faina;
- i)* Propor normas sobre o comércio ou circulação de espécies raras ou em vias de extinção;
- j)* Propor medidas destinadas a aperfeiçoar a selectividade dos métodos e artes de pesca;
- k)* Propor em cooperação com o Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, medidas de conservação dos recursos pesqueiros;
- l)* Exercer as demais funções que lhe sejam acometidas por Lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Protecção dos Recursos Pesqueiros é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

#### ARTIGO 8.º

##### (Departamento de Protecção de Ecossistemas e Áreas Protegidas)

1. Ao Departamento de Protecção de ecossistemas e áreas protegidas compete:

- a)* Assegurar a coordenação a nível nacional de matérias ligadas à gestão e protecção dos ecossistemas aquáticos;
- b)* Propor medidas especiais de protecção dos ecossistemas aquáticos, das zonas húmidas, mangais, lagunas e outras de criação e desova de espécies;
- c)* Propor medidas de emergência, em especial a proibição da pesca, que se mostrarem adequadas para evitar o agravamento ou minimizar os danos ao ambiente, aos recursos biológicos e/ou saúde humana;
- d)* Propor a criação de áreas destinadas a reservas naturais integrais, parques nacionais, reservas aquáticas e monumentos naturais em coordenação com outros sectores relacionados;
- e)* Identificar, classificar e propor legislação para as áreas marinhas protegidas bem como sugerir organismos responsáveis para a sua monitorização;
- f)* Exercer as demais funções que lhe sejam acometidas por Lei ou por determinação superior.

2. O Departamento de Protecção de Ecossistemas e Áreas Protegidas é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

### CAPÍTULO III

#### Disposições Finais

#### ARTIGO 9.º

##### (Competências dos Chefes de Departamento)

Aos Chefes de Departamento compete em especial:

- a)* Organizar, orientar e coordenar os serviços do Departamento;

- b) Assegurar o cumprimento das tarefas fundamentais do Departamento;
- c) Controlar a assiduidade e pontualidade dos funcionários;
- d) Elaborar periodicamente os planos de actividade do respectivo Departamento e os relatórios sobre o grau de cumprimento dos mesmos;
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso nos respectivos Departamentos;
- f) Decidir e tomar iniciativa sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas do seu cumprimento ao respectivo Director Nacional;
- g) Coordenar as actividades e manter a disciplina necessária no Departamento;
- h) Elaborar trimestralmente relatório de actividades do Departamento;
- i) Exercer as demais funções que lhe sejam atribuídas por Lei ou por determinação superior.

ARTIGO 10.º  
(Secretariado Administrativo)

1. O Secretariado Administrativo é a unidade de serviço da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. Ao Secretariado Administrativo compete, em especial:
- a) Controlar e registar a entrada de toda a documentação e sua distribuição aos departamentos;
  - b) Proceder à expedição de toda a documentação;
  - c) Coordenar e executar o trabalho de dactilografia e informática;
  - d) Assegurar o cumprimento das orientações relativas ao controlo da pontualidade e assiduidade do pessoal da Direcção;
  - e) Providenciar o controlo do património, o fornecimento do material de consumo corrente para o bom funcionamento e execução das tarefas da Direcção;
  - f) Organizar o arquivo da documentação da Direcção;
  - g) Realizar as demais tarefas que lhe sejam acometidas por Lei ou determinação superior.

ARTIGO 11.º  
(Quadro de pessoal)

O quadro do pessoal da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros é o que consta do Anexo I ao presente Regulamento, do qual é parte integrante.

ARTIGO 12.º  
(Organigrama)

O organigrama da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros é o que consta do Anexo II ao presente Regulamento, do qual é parte integrante.

## ANEXO I

### Quadro de Pessoal da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros a que se refere o artigo 11.º do Regulamento que antecede.

Grupo de Pessoal	Carreira	Categoria/Cargo	N.º de Lugares	N.º de Lugares Ocupados
Direcção e Chefia		Director Nacional	1	1
		Chefe de Departamento	3	3
Técnico Superior	Técnica Superior	Assessor Principal	1	1
		Primeiro Assessor	1	
		Técnico Superior Principal	1	
		Técnico Superior de 1.ª Classe	1	
		Técnico Superior de 2.ª Classe	1	2
Técnico	Técnica		3	
		Especialista Principal	1	
		Especialista de 1.ª Classe		
		Especialista de 2.ª Classe		
		Técnico de 1.ª Classe		
		Técnico de 2.ª Classe		
		Técnico de 3.ª Classe		
Técnico Médio	Técnica Média	Técnico Médio Principal de 1.ª Classe	1	1
		Técnico Médio Principal de 2.ª Classe		2
		Técnico Médio Principal de 3.ª Classe		
		Técnico Médio de 1.ª Classe		
		Técnico Médio de 2.ª Classe		
		Técnico Médio de 3.ª Classe		

## ANEXO I

**Organigrama da Direcção Nacional de Pescas e Protecção dos Recursos Pesqueiros  
a que se refere o artigo 11.º do Regulamento que antecede.**



A Ministra, *Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto*.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE

**Decreto Executivo n.º 400/15  
de 4 de Junho**

Havendo necessidade de regular o exercício da função de Ponto Focal Nacional para as Convenções Multilaterais sobre o Ambiente ou Organismos Internacionais, cuja implementação ou acompanhamento seja de responsabilidade do Ministério do Ambiente;

Tendo em conta a necessidade de se estabelecer os critérios objectivos para a nomeação, vinculação, funcionamento e prestação de contas e informações do Ponto Focal Nacional;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, conjugado com o artigo 6.º do Decreto Presidencial n.º 85/14, de 24 de Abril, determino:

**ARTIGO 1.º  
(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento do Ponto Focal Nacional das Convenções Multilaterais sobre o Ambiente e Organismos Internacionais cuja implementação é da responsabilidade do Ministério do Ambiente, anexo ao presente Diploma.

**ARTIGO 2.º  
(Revogação)**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Executivo.

**ARTIGO 3.º  
(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Diploma serão resolvidas por Despacho da Ministra do Ambiente.

**ARTIGO 4.º  
(Entrada em vigor)**

O presente Diploma entra imediatamente em vigor.  
Publique-se.

Luanda, aos 25 de Maio de 2015.

A Ministra, *Maria de Fátima Monteiro Jardim*.

## REGULAMENTO DO PONTO FOCAL NACIONAL

**ARTIGO 1.º  
(Definição e Natureza)**

1. O Ponto Focal Nacional é o responsável directo pela implementação de uma determinada Convenção no País e é indicado oficialmente pelo Titular do Departamento Ministerial Responsável pela política do ambiente, cuja função é a de promotor e de interligação entre as Convenções Multilaterais sobre o Ambiente.

2. Não podem exercer a função de Ponto Focal Nacional os detentores dos seguintes cargos:

- a) Directores Nacionais ou equiparados;
- b) Director do Gabinete do Ministro e dos Secretários de Estado;
- c) Consultores quando indicados.

**ARTIGO 2.º  
(Atribuições do Ponto Focal Nacional)**

O Ponto Focal Nacional tem as seguintes atribuições:

- a) Manter actualizado os contactos com o respectivo Secretariado e órgãos subsidiários através do envio e recepção de informação, assim como de orientações pertinentes emanadas pelos superiores hierárquicos;
- b) Reunir e analisar os documentos relativos às matérias da Convenção Multilateral sobre o Ambiente;